

## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

### 01. PROCURADOR DO ESTADO

#### Conhecimentos Específicos

#### INSTRUÇÕES

- ♦ Você está recebendo uma Folha Definitiva de Respostas e este Caderno contendo 90 questões.
- ♦ Preencha com seu nome e número de inscrição os espaços indicados na capa deste Caderno.
- ♦ Leia cuidadosamente as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ♦ Responda a todas as questões.
- ♦ Anote na tira a alternativa que julgar certa e transcreva-a para a Folha Definitiva de Respostas, com caneta de tinta azul ou preta.
- ♦ A duração da prova é de 4 horas.
- ♦ A saída do prédio será permitida após transcorrida a metade do tempo de duração da prova.
- ♦ Ao terminar a prova, você entregará ao fiscal a Folha Definitiva de Respostas e este Caderno de Questões.

AGUARDE A ORDEM PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

VERSÃO

**1**

FOLHA INTERMEDIÁRIA  
DE RESPOSTAS

01		46	
02		47	
03		48	
04		49	
05		50	
06		51	
07		52	
08		53	
09		54	
10		55	
11		56	
12		57	
13		58	
14		59	
15		60	
16		61	
17		62	
18		63	
19		64	
20		65	
21		66	
22		67	
23		68	
24		69	
25		70	
26		71	
27		72	
28		73	
29		74	
30		75	
31		76	
32		77	
33		78	
34		79	
35		80	
36		81	
37		82	
38		83	
39		84	
40		85	
41		86	
42		87	
43		88	
44		89	
45		90	

Número de inscrição

Nome do candidato



## DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01.** Consoante a doutrina pátria majoritária, a atual Constituição da República Federativa do Brasil pode ser classificada como
- (A) material, prolixa, escrita, semi-rígida e outorgada.
  - (B) formal, analítica, escrita, rígida e promulgada.
  - (C) formal, sintética, costumeira, super-rígida e promulgada.
  - (D) material, analítica, histórica, imutável e promulgada.
  - (E) formal, analítica, escrita, flexível e promulgada.
- 02.** De acordo com a nova sistemática constitucional, a competência para processar e julgar os crimes contra os direitos humanos
- (A) continua sendo da Justiça Estadual, nas causas de sua competência, mas, atendidos certos requisitos, o Procurador-Geral da República poderá suscitar perante o STJ o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
  - (B) passou a ser dos juízes federais, tendo sido cessada totalmente a competência dos juízes estaduais nesta matéria, mas pelo incidente de deslocamento de competência, o respectivo processo poderá ser remetido ao STJ, a pedido do Procurador-Geral da República.
  - (C) pertence agora à Justiça Federal e, em caso de grave violação dos direitos humanos, a competência poderá ser deslocada para a Justiça do Estado onde o crime aconteceu.
  - (D) continua sendo da Justiça Estadual, mas os juízes federais, por força da federalização dos crimes contra os direitos humanos, podem avocar o respectivo processo, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.
  - (E) passou a ser compartilhada entre as Justiças Estadual e Federal e, em casos de grave violação dos direitos humanos, o processo poderá ser avocado pelo STJ, com a finalidade de assegurar o cumprimento de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.
- 03.** No que se refere aos direitos fundamentais da pessoa humana, está correto afirmar-se que
- (A) em razão de sua função de fiscal da lei, a posição dominante no STF é a de que o Ministério Público não tem legitimidade para requerer *habeas corpus* em favor de terceiros.
  - (B) a doutrina majoritária entende que os direitos fundamentais são absolutos, invioláveis e inalienáveis, mas renunciáveis e prescritíveis.
  - (C) os denominados direitos de primeira geração compreendem os direitos sociais, enquanto os da segunda geração identificam-se com as liberdades negativas.
  - (D) o STF entende que a Constituição proíbe qualquer tipo de critério discriminatório para acesso aos cargos públicos, inclusive por motivo de idade, independentemente da natureza das funções do cargo a ser preenchido por concurso público.
  - (E) a Constituição Federal admite em algumas situações a suspensão e a restrição de determinados direitos fundamentais, inclusive o direito à liberdade e o sigilo da correspondência.
- 04.** Analise as seguintes afirmativas sobre as funções essenciais da Justiça.
- I. O Ministério Público é o órgão encarregado de promover, privativamente, a ação penal pública e de ajuizar, exclusivamente, a ação civil pública.
  - II. Nos moldes do que dispõe a Constituição Federal, a lei complementar organizará a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para a sua organização nos Estados, e somente às Defensorias Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa.
  - III. Os Procuradores dos Estados integram a advocacia pública e exercem a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas, sendo dispensada a prova da qualidade de procurador nos autos judiciais, uma vez que o seu mandato decorre diretamente da lei.
  - IV. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo absolutamente inviolável em suas funções, não podendo, conseqüentemente, ser processado por crime de calúnia praticado contra juiz.
- Está correto somente o que se afirma em
- (A) I e II.
  - (B) I e III.
  - (C) I e IV.
  - (D) II e III.
  - (E) II e IV.
- 05.** No tocante ao controle de constitucionalidade das leis e atos normativos no direito brasileiro, assinale a resposta correta.
- (A) Conforme a Constituição Federal, o rol de legitimados à propositura da ação declaratória de constitucionalidade é mais restrito do que aquele previsto para a ação direta de inconstitucionalidade.
  - (B) A ação direta de inconstitucionalidade, proposta perante o STF, objetiva afastar do ordenamento jurídico leis ou atos federais, estaduais e municipais, e a decisão definitiva de mérito nesta ação produz eficácia contra todos e é dotada de efeito vinculante com relação aos Poderes Judiciário e Executivo.
  - (C) A cláusula de reserva de plenário para a declaração de inconstitucionalidade pode ser dispensada se a questão da constitucionalidade do ato normativo questionado já tiver sido anteriormente decidida pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (D) O direito brasileiro adota exclusivamente o sistema político preventivo de controle de constitucionalidade, baseado no modelo francês.
  - (E) No controle de constitucionalidade difuso, o STF deverá citar previamente o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

- 06.** As disposições constitucionais a respeito da repartição de competências entre os entes da Federação brasileira estabelecem o seguinte:
- (A) a União tem competência privativa para legislar sobre direito do consumidor, tendo editado o Código de Defesa do Consumidor com base nessa competência.
  - (B) a Constituição veda aos Estados legislar sobre questões específicas relativas às matérias de competência legislativa privativa da União.
  - (C) no âmbito da legislação concorrente, prevalece a hierarquia da lei federal, o que impede os Estados de legislar quando a matéria já tiver sido objeto de legislação da União.
  - (D) os Estados detêm competência legislativa residual, exceto em matéria tributária, embora os Estados possam ser autorizados a legislar sobre questões específicas em matéria de competência privativa da União.
  - (E) ao Distrito Federal foram atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios, incluindo a competência para legislar sobre o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal.
- 07.** O regramento constitucional da imunidade parlamentar no direito brasileiro permite afirmar:
- (A) os Vereadores gozam de imunidade material no exercício do mandato e na circunscrição do Município; e os Deputados e Senadores possuem inviolabilidade processual, civil e penal, mas não gozam de imunidade material.
  - (B) os Vereadores gozam de imunidade material e formal no exercício do mandato e na circunscrição do Município; e os Deputados e Senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e voto, mas podem ser presos por crime inafiançável.
  - (C) os Vereadores não podem ser presos por qualquer tipo de crime no exercício do mandato e na circunscrição do Município; e os Deputados e Senadores somente podem ser processados criminalmente, após a diplomação, se houver licença da respectiva Casa Legislativa.
  - (D) os Vereadores gozam de imunidade formal no exercício do mandato na circunscrição do Município; e os Deputados e Senadores detêm inviolabilidade civil e criminal, e esta imunidade não pode ser afastada durante o estado de sítio, a não ser pelo voto de dois terços dos membros da Casa respectiva.
  - (E) os Vereadores gozam de imunidade material na circunscrição do Município e no exercício do mandato; e os Deputados e Senadores possuem imunidade material, mas podem ser processados pelo STF, sem licença da Casa respectiva.
- 08.** Considere as diversas regras relativas ao Poder Judiciário na Constituição Federal e aponte a alternativa correta.
- (A) É da competência privativa e originária do STF processar e julgar o Presidente da República nos crimes comuns e de responsabilidade.
  - (B) Com a introdução da súmula vinculante no direito brasileiro, as atuais súmulas do STF, que tenham por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica, passam a produzir, automaticamente, efeito vinculante.
  - (C) O Conselho Nacional de Justiça deve atuar para que os magistrados obedeçam aos princípios constitucionais da Administração Pública, tendo o poder de aplicar sanções disciplinares contra juízes e de controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, estando impedido, entretanto, de interferir na atividade jurisdicional de juízes e tribunais.
  - (D) O Tribunal de Justiça poderá criar Câmaras regionais e tribunais de Alçada, com a finalidade de descentralizar o funcionamento da Justiça estadual.
  - (E) A Constituição permite que os juízes de direito exerçam a jurisdição das varas da Justiça do Trabalho, nas Comarcas não abrangidas por estas, com recurso para o Tribunal de Justiça.
- 09.** *O homem mais pobre desafia em sua casa todas as forças da Coroa, sua cabana pode ser muito frágil, seu teto pode tremer, o vento pode soprar entre as portas mal ajustadas, a tormenta pode nela penetrar, mas o Rei da Inglaterra não pode nela entrar.*
- (Lorde Chatham, Primeiro Ministro da Inglaterra)
- O discurso, proferido no Parlamento britânico no século XVIII, revela um princípio consagrado também na Constituição da República Federativa do Brasil.
- Assinale a resposta que está de acordo com o direito brasileiro sobre essa matéria.
- (A) A violação de domicílio legal, sem consentimento do morador, é permitida somente à noite, em caso de flagrante delito ou desastre, para prestar socorro ou por determinação judicial.
  - (B) Para os fins da proteção prevista na Constituição Federal relativa à inviolabilidade domiciliar, o conceito normativo de “casa” estende-se a qualquer compartimento privado onde alguém exerce profissão ou atividade.
  - (C) A Constituição admite a quebra da inviolabilidade domiciliar pela Polícia Judiciária ou pela Administração Tributária, dispensada a ordem judicial e sem o consentimento do proprietário, com o objetivo de apreender documentos que possam interessar ao Poder Público.
  - (D) Segundo posição do STF, considera-se violado o domicílio quando policiais, em diligência, pela madrugada, autorizados pelo morador, ingressam em residência para verificação de denúncia de ocultação de drogas ilícitas.
  - (E) A inviolabilidade domiciliar objetiva tutelar o direito de propriedade e dirige-se exclusivamente às autoridades públicas.

10. Um Governador edita medida provisória estadual regulamentando a exploração de gás canalizado dentro do Estado, autorizando que empresas privadas prestem esse serviço por meio de concessão. Um partido político de oposição ajuíza ação direta de inconstitucionalidade (ADI) perante o STF, questionando essa medida legislativa, alegando que Governador de Estado não pode editar medida provisória; serviço de gás canalizado não pode ser objeto de concessão; essa matéria não pode ser objeto de medida provisória.

Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- (A) O STF já assentou a constitucionalidade da adoção de medida provisória pelo Estado-membro, mas a CF não permite o uso dessa espécie normativa para regulamentar o serviço de gás canalizado, embora este possa ser objeto de concessão.
- (B) A ADI deve ser julgada procedente, pois a medida questionada padece de vício de inconstitucionalidade formal, uma vez que os Estados não podem editar medidas provisórias, sendo esta espécie normativa admitida somente na esfera Federal.
- (C) O STF admite a edição de medidas provisórias estaduais, inclusive para regulamentar a exploração do serviço de gás canalizado, mas a execução deste não pode ser concedida a empresas privadas.
- (D) A ADI deve ser julgada improcedente, uma vez que a Constituição Federal permite a edição de medidas provisórias estaduais, inclusive para regulamentar o serviço de gás canalizado, o qual pode ser objeto de concessão.
- (E) A ADI não deve ser conhecida pelo STF, pois este já decidiu que partido político não pode ajuizar ADI, mesmo que tenha representação no Congresso Nacional.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Finalidade do ato administrativo é

- (A) o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato.
- (B) o resultado que a Administração quer alcançar com a prática do ato.
- (C) o efeito jurídico imediato que o ato produz.
- (D) a comprovação de que os pressupostos de fato que deram origem ao ato realmente existiram.
- (E) o modo pelo qual o ato deve ser exteriorizado.

12. O regime estatutário aplicável aos servidores públicos

- (A) é definido por contrato, sem possibilidade de alteração unilateral e respeitados, em qualquer condição, os direitos adquiridos.
- (B) é definido por contrato, podendo ser modificado unilateralmente, respeitados os direitos adquiridos.
- (C) é definido em lei, podendo ser modificado unilateralmente, respeitados os direitos já adquiridos pelo servidor.
- (D) é definido em lei, não podendo ser modificado unilateralmente.
- (E) tem natureza mista, com aspectos definidos em lei e aspectos contratuais, podendo ser modificado unilateralmente, desde que respeitados os direitos adquiridos.

13. Assinale a alternativa correta.

- (A) O fundamento do poder de polícia é a supremacia especial que o Estado exerce sobre todas as pessoas, bens e atividades.
- (B) O conceito de polícia administrativa se confunde com o de polícia judiciária.
- (C) A competência, a finalidade e a forma são atributos do poder de polícia.
- (D) O poder de polícia expressa-se por meio de medidas repressivas, que têm por objetivo coagir o infrator ao cumprimento da lei.
- (E) Haverá violação ao princípio da impessoalidade se a extensão da medida de polícia for maior que a necessária para a consecução dos resultados perseguidos.

14. Tombamento é

- (A) a restrição parcial ao direito de propriedade privada que não retira do particular o exercício dos direitos inerentes ao domínio.
- (B) a intervenção do Estado na propriedade privada que causa restrição integral e permanente ao direito de propriedade, para preservação de bens integrantes do patrimônio histórico e artístico nacional.
- (C) o ato administrativo discricionário que habilita a Administração Pública a adentrar imóvel particular ameaçado de ruína.
- (D) o procedimento administrativo de caráter vinculado, auto-executório, por meio do qual a Administração Pública utiliza-se de propriedade particular no caso de perigo público iminente.
- (E) o direito real de gozo, instituído por lei, sobre imóvel de propriedade alheia, por entidade pública ou por seus delegados, em favor de um serviço público ou de um bem afetado a fim de utilidade pública.

15. Leia as afirmações seguintes:

- I. é possível a concessão de efeito financeiro retroativo nos contratos firmados pela Administração Pública com dispensa ou inexigibilidade de licitação;
- II. pregão é modalidade de licitação em que há inversão das fases de classificação das propostas e habilitação dos licitantes;
- III. pregão é modalidade de licitação em que, uma vez conhecidos os valores ofertados, são admitidos lances verbais e sucessivos a serem apresentados por qualquer um dos licitantes, até a proclamação do vencedor.

Pode-se dizer que

- (A) todas as afirmações são falsas.
- (B) todas as afirmações são verdadeiras.
- (C) as afirmações I e II são verdadeiras.
- (D) as afirmações I e III são falsas.
- (E) as afirmações II e III são falsas.

16. Em diligência a supermercado, agente administrativo determinou a imediata apreensão de mercadoria deteriorada exposta à venda. Seu ato pode ser classificado como medida

- (A) de caráter acautelatório e sancionatório, de natureza satisfativa, que dispensa a tramitação de processo administrativo.
- (B) administrativa de caráter sancionatório. A apreensão apenas poderá acontecer após a prévia concessão de direito de defesa.
- (C) administrativa de caráter sancionatório, que dispensa a concessão de defesa, dada a sua urgência.
- (D) administrativa de caráter acautelatório, que deve ser antecedida de prévia oportunidade para apresentação de defesa.
- (E) administrativa de caráter acautelatório que, pela urgência, dispensa a prévia concessão de direito de defesa.

17. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O regime jurídico-administrativo é marcado pela existência de prerrogativas que dão à Administração posição de supremacia perante o particular e sujeições que limitam a atividade administrativa.
- (B) O princípio da especialidade significa que, uma vez criada uma entidade administrativa, seus administradores poderão se afastar dos objetivos definidos na lei, desde que busquem a consecução do interesse público.
- (C) A autotutela é uma prerrogativa atribuída à Administração Pública que torna possível a anulação dos atos ilegais e a revogação dos inoportunos.
- (D) Não existe hierarquia entre os entes da Administração Indireta e os da Administração Direta.
- (E) O ente descentralizado tem o direito de exercer com independência o serviço que lhe foi outorgado, opondo-se até mesmo à pessoa política instituidora.

18. Por autarquia de regime especial entende-se aquela que

- (A) foi criada pela associação de entes da Federação para propiciar a gestão associada de serviços públicos.
- (B) foi qualificada como organização social.
- (C) desfruta de maior grau de independência administrativa em relação à Administração Direta, nos termos da lei.
- (D) criada por lei, tem entre seus fins institucionais atividades que caracterizam intervenção no domínio econômico.
- (E) é detentora de capacidade política, podendo criar seu próprio direito.

19. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Termo de parceria é o instrumento firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (B) O contrato de gestão objetiva assegurar autonomia gerencial, financeira e orçamentária a órgãos e entidades da Administração Pública.
- (C) O contrato de programa pode ser firmado entre entes da Federação com o objetivo de permitir a gestão associada de serviços públicos.
- (D) O contrato de gestão firmado com organizações sociais tem como consequência a redução da autonomia gerencial da entidade.
- (E) O contrato de programa, para ser celebrado, deve ser precedido de protocolo de intenções devidamente ratificado por lei.

20. As organizações sociais criadas na área da saúde, no âmbito do Estado de São Paulo,

- (A) afastam-se em parte do modelo federal, na medida em que não se cogita da possibilidade de substituição dos serviços prestados pelo Estado no setor, mas sim de sua mera complementação por essas entidades.
- (B) seguem com fidelidade o modelo federal, podendo surgir a partir da extinção de órgãos estaduais ligados ao setor da saúde.
- (C) representam forma de regulação das atividades da iniciativa privada no setor da saúde.
- (D) são inconstitucionais porque representam forma de concessão de serviço público à iniciativa privada, o que apenas é possível nos termos da Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.
- (E) embora sejam instrumento de fomento das atividades privadas no setor, prevêm a possibilidade de o usuário remunerar a prestação do serviço público de saúde.

## DIREITO PENAL

21. O antefato e o pós-fato impuníveis são desdobramentos do princípio da

- (A) ofensividade.
- (B) consunção.
- (C) especialidade.
- (D) conexão.
- (E) taxatividade.



22. X, viciado em drogas, encontra-se detido em estabelecimento prisional. Y, sua namorada, tencionando entregar-lhe maconha, esconde a droga em um maço de cigarros comuns, para tanto cortando o fundo da embalagem sem romper o lacre superior. Y, então, insidiosamente, solicita a Z, um desconhecido, que entregue o maço a X, no dia de visita. Contudo, por ocasião da revista nos visitantes, a droga é encontrada pelos agentes penitenciários, dentro do maço de cigarros, fechado, portado por Z. Diante disso, Y e Z são processados criminalmente, sendo lícito supor que Y poderá ser
- (A) absolvida por ausência de participação no evento, e Z, condenado por infração ao art.12 da Lei n.º 6.368/76.
  - (B) absolvida por ausência de participação no evento, e Z, absolvido por erro de proibição.
  - (C) absolvida por inexigibilidade de conduta diversa, e Z, condenado pelo art. 12 da Lei n.º 6.368/76 porque seu erro não exclui a punição a título de culpa.
  - (D) condenada pelo delito do art.12 da Lei n.º 6.368/76, por ser autor mediato, e Z, absolvido por erro de tipo, que exclui o dolo em sua conduta.
  - (E) condenada pelo art. 12 da Lei n.º 6.368/76, mas com redução de pena por participação de menor importância, e Z, absolvido por ter atuado sob coação moral irresistível.
23. Durante as comemorações do carnaval de 2005, no dia 08 de fevereiro, X, apaixonado por sua vizinha, resolve raptá-la para fins libidinosos. É preso em flagrante no dia seguinte, quando a mantinha presa e amarrada em sua residência. Considerando-se a sentença a ser prolatada após 29.03.2005, X poderá ser condenado pela prática de
- (A) posse sexual mediante fraude (art. 215 CP).
  - (B) seqüestro com fins libidinosos (art. 148,§ 1.º, I CP).
  - (C) atentado violento ao pudor (art. 214 CP).
  - (D) sedução (art. 217 CP).
  - (E) rapto violento (art. 219 CP).
24. Nos crimes contra os costumes, definidos nos Capítulos I, II e III do Título VI do Código Penal, o casamento do autor do crime com a ofendida
- (A) implica renúncia tácita ao direito de queixa.
  - (B) é causa de extinção da punibilidade com fulcro no art. 107, VII do CP.
  - (C) acarreta desclassificação da conduta para a contravenção de importunação ofensiva ao pudor.
  - (D) constitui requisito da suspensão condicional da pena.
  - (E) configura arrependimento eficaz.
25. Relativamente ao disposto no inciso IV do §3.º do art. 10 da Lei n.º 9.437/97 (possuir condenação anterior por crime contra a pessoa, contra o patrimônio e por tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins), o advento da nova lei de armas (Lei n.º 10.826/2003) representou
- (A) *novatio legis in pejus*.
  - (B) *abolitio criminis*.
  - (C) *novatio legis in melius*.
  - (D) condição objetiva de punibilidade.
  - (E) excludente da ilicitude.
26. X encontra sua ex-amásia em um baile e lhe desfere um soco, que ocasiona a perda de um olho. X estará sujeito a pena privativa de liberdade mínima de
- (A) 6 meses de detenção.
  - (B) 1 ano e 4 meses de reclusão.
  - (C) 2 anos e 8 meses de reclusão.
  - (D) 1 ano de reclusão.
  - (E) 3 meses de detenção.
27. No crime de concussão (art. 316 do CP), a voluntária reparação do dano pelo agente antes do recebimento da denúncia e depois da condenação definitiva, configura, respectivamente:
- (A) causa obrigatória de redução de pena e requisito para progressão de regime.
  - (B) causa de extinção da punibilidade e requisito para suspensão condicional da pena.
  - (C) circunstância atenuante e requisito para remissão.
  - (D) causa de extinção da punibilidade e requisito para livramento condicional.
  - (E) circunstância atenuante e requisito para reconhecimento da desistência voluntária.

28. Réu processado por receptação dolosa, com uma condenação anterior definitiva por furto, teve sua pena assim calculada pelo juiz sentenciante: “Nos termos do art. 68 do CP, passo ao cálculo da pena. À vista da folha de antecedentes do réu, verifico que é portador de maus antecedentes, posto que possuidor de uma condenação anterior definitiva pelo crime de furto, não lhe sendo favoráveis, portanto, as circunstâncias do art. 59 do CP. Por tal motivo, aumento-lhe a pena-base em 1/6, resultando 1 ano e 2 meses de reclusão. Em seguida, verificando a presença da circunstância agravante da reincidência (art. 61, I do CP), aumento-lhe a pena em 1/6, resultando em 1 ano, 4 meses e 10 dias de reclusão, a qual torno definitiva, à míngua de outras causas de aumento ou diminuição. O regime prisional inicial é o fechado, único compatível com a reincidência.” A individualização da pena, nesse caso, mostra-se equivocada porque

- (A) os maus antecedentes só podem ser considerados agravantes obrigatórios se se referem a processos ainda em andamento (não a condenações definitivas), sendo que em caso de pena inferior a 4 anos, o regime deveria ser o aberto.
- (B) os maus antecedentes absorvem a circunstância da reincidência, ensejando aumento superior a 1/6, sendo que em caso de pena inferior a 4 anos, o regime inicial deveria ser o aberto.
- (C) a reincidência pode ser considerada simultaneamente circunstância judicial e agravante obrigatória, porém somente em casos de crimes hediondos, sendo que em caso de pena inferior a 4 anos, o regime inicial deveria ser o integral fechado.
- (D) a reincidência não pode ser considerada simultaneamente circunstância judicial e agravante obrigatória, sendo que em caso de pena inferior a 4 anos, o regime deveria ser o aberto.
- (E) a reincidência não pode ser considerada simultaneamente circunstância judicial e agravante obrigatória, sendo que em sendo a pena inferior a 4 anos, o regime inicial poderia ser o semi-aberto.

29. X, desafeto de Y, encontra-o na via pública e resolve matá-lo. Entram em luta corporal e, na disputa pela arma de fogo portada por X, Y consegue dispará-la contra seu agressor, porém Z, que passava pelo local, também acaba sendo atingido. No caso, incide

- (A) a regra do concurso material de infrações porque o resultado lesivo em Z afasta a incidência da excludente da ilicitude.
- (B) a norma da *aberratio ictus* com unidade complexa, reconhecendo-se o concurso formal.
- (C) a hipótese de excesso culposo na legítima defesa, e Y será processado pelo resultado causado a título de culpa em Z.
- (D) a excludente da legítima defesa tanto em relação a X quanto a Z, não havendo que se falar em *aberratio ictus* com unidade complexa.
- (E) a norma da *aberratio ictus* com unidade complexa, reconhecendo-se o crime continuado.

30. Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.

- I. Os crimes omissivos próprios previstos no Código Penal Brasileiro tanto podem ser dolosos, como culposos.
  - II. É perfeitamente possível a co-autoria em crimes omissivos próprios.
  - III. No Código Penal Brasileiro, há condutas omissivas próprias junto a modalidades comissivas em um mesmo tipo penal.
- (A) I é incorreta, II e III são corretas.
  - (B) I e II são incorretas, III é correta.
  - (C) I e II são corretas, III é incorreta.
  - (D) I e III são corretas, II é incorreta.
  - (E) Todas são incorretas.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

31. Assinale a alternativa correta.

- (A) A existência de prova da materialidade do crime é indicativo do requisito *periculum libertatis*, necessário à decretação da prisão preventiva.
- (B) Encerrado o prazo da prisão temporária, é vedada ao juiz a decretação da prisão preventiva que, de qualquer forma, só poderá ser aplicada uma única vez durante a instrução criminal.
- (C) A partir da ratificação, pelo Brasil, do Pacto de San José da Costa Rica, que expressamente assegura o direito à presunção de inocência, a prisão sem condenação passou a ser considerada inconstitucional pela doutrina majoritária.
- (D) A natureza jurídica da prisão cautelar não se confunde com a da pena privativa de liberdade, apesar de representarem, ambas, restrição a direito fundamental.
- (E) A prisão preventiva somente pode ser decretada a partir do oferecimento da denúncia e até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

32. Diante do indeferimento de pedido de livramento condicional, poderá a defesa, no processo de execução,

- (A) ingressar com revisão criminal, desde que certificado o trânsito em julgado para a acusação.
- (B) ingressar com novo pedido no juízo de primeiro grau, pois a decisão não produz coisa julgada formal.
- (C) ingressar com novo pedido no juízo de primeiro grau, pois a decisão não produz coisa julgada material.
- (D) interpor recurso em sentido estrito, com fundamento no art. 581, XII do CPP.
- (E) interpor recurso de agravo de execução, que terá efeito suspensivo se o condenado estiver em regime fechado.



33. No tocante à citação, é correto afirmar que
- (A) a requisição do réu preso que comparece a juízo não substitui a citação pessoal realizada por oficial de justiça.
  - (B) os requisitos arrolados no art. 357 do CPP são aplicáveis apenas à forma de citação prevista no art. 351 do mesmo estatuto.
  - (C) nos termos do art. 3.º do CPP, é possível a citação por hora certa, desde que o oficial de justiça certifique nos autos que o réu se oculta para não ser citado.
  - (D) excepcionalmente, é admitida a citação ficta no procedimento da Lei n.º 9.099/95, caso em que o edital será publicado com o prazo de 5 dias.
  - (E) a decretação da revelia de réu preso na mesma unidade da federação em que tramita o processo não gera nulidade, se ignorada a circunstância pelo juízo.
34. Consta de sentença de pronúncia a seguinte afirmação: “ao contrário do que afirma a defesa, não socorre o réu nenhuma das excludentes de ilicitude. Bem ao contrário, as testemunhas arroladas pela acusação foram unânimes ao afirmar ter sido ele quem provocou a vítima. E mais. Ficou igualmente provado que o crime foi cometido por motivo fútil.” Pode-se afirmar que, tecnicamente, a decisão está
- (A) correta, porque a sentença de pronúncia não vincula nem o libelo nem o entendimento do Tribunal do Júri.
  - (B) incorreta, por tratar-se de sentença de mérito em relação à qual não se exige fundamentação.
  - (C) correta, por tratar-se de sentença de mérito, que não faz coisa julgada material.
  - (D) incorreta, porque somente poderia ser afastada a tese da exclusão de ilicitude se também afastada a incidência da qualificadora.
  - (E) incorreta, por não se tratar de sentença de mérito, e sim de admissão do *jus accusationis*.
35. Durante a instrução para apuração de crime de homicídio, na primeira fase do procedimento, surge prova acerca de qualificadora não descrita na denúncia. Nesse caso,
- (A) poderá o juiz reconhecer a incidência da qualificadora, sem necessidade de aditamento da denúncia pelo Ministério Público, em face do disposto no art. 408, §4.º do CPP.
  - (B) deverá o juiz aplicar o disposto no art. 384, parágrafo único do CPP, para que o Ministério Público ofereça aditamento e para que a defesa tenha oportunidade de produzir provas e manifestar-se.
  - (C) a sentença de pronúncia não deve manifestar-se acerca da incidência da qualificadora, que poderá ser reconhecida pelo Tribunal do Júri.
  - (D) deverá o juiz abrir vista dos autos à defesa para manifestação, sendo desnecessário o aditamento da denúncia pelo Ministério Público.
  - (E) manifestando-se ou não o juiz acerca da qualificadora, o Tribunal do Júri poderá reconhecê-la em face de sua soberania.
36. Diz a súmula 160 do STF: “é nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não argüida no recurso da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.” Dentre os princípios gerais dos recursos, pode-se afirmar que tal entendimento relaciona-se ao princípio da
- (A) variabilidade.
  - (B) unirecorribilidade.
  - (C) personalidade.
  - (D) fungibilidade.
  - (E) taxatividade.
37. Levando-se em conta a interpretação doutrinária do art. 577 do CPP, é equivocado afirmar que
- (A) o réu possui capacidade postulatória apenas para interposição de recurso, que deverá ser arrazoado e acompanhado por advogado.
  - (B) a capacidade postulatória disjuntiva decorre do princípio da ampla defesa.
  - (C) o acusado pode interpor recurso independentemente da intervenção do advogado.
  - (D) se trata de dispositivo não recepcionado pela Constituição Federal que tornou exclusiva do advogado a capacidade postulatória em matéria recursal.
  - (E) a capacidade postulatória recursal não se confunde com a capacidade de ser parte.
38. Em caso de conexão de dois crimes, sendo um de competência da Justiça Federal, e outro, da Justiça Estadual,
- (A) o julgamento de ambos será de competência da Justiça Federal.
  - (B) o julgamento não poderá ser unificado.
  - (C) a competência será firmada pela prevenção.
  - (D) prevalece a competência relacionada ao crime de maior gravidade.
  - (E) prevalece a competência da Justiça Estadual.
39. X e Y foram denunciados porque teriam praticado crime de furto em co-autoria. X foi beneficiado com a concessão de liberdade provisória, e Y permaneceu preso em razão de seus antecedentes. O processo foi desmembrado. Quando da absolvição de Y em grau de apelação, com fundamento no art. 386, I do CPP, o processo de X encontrava-se na fase do art. 499 do CPP. Diante da situação, é correto afirmar que
- (A) a decisão proferida em favor de Y não pode gerar nenhuma consequência no processo a que responde X.
  - (B) o juízo competente para o julgamento de X deve julgar extinto o processo por falta de justa causa.
  - (C) o juízo competente para o julgamento de X deve julgar extinto o processo por ilegitimidade de parte.
  - (D) o juízo competente para o julgamento de X deve julgar extinto o processo por falta de interesse de agir.
  - (E) não poderia o juízo *ad quem* aplicar o disposto no art. 580 do CPP, absolvendo X desde logo.

40. O Ministério Público oferece denúncia contra X por infração ao art. 160 do CP e propõe a suspensão condicional do processo, prevista pela Lei n.º 9.099/95 pelo prazo de 4 anos. A defesa concorda com a proposta desde que a suspensão se dê por 2 anos, condição acatada pelo juiz. Ao Ministério Público

- (A) cabe a interposição de recurso de apelação para a Câmara Recursal, com fundamento no art. 593, II do CPP.
- (B) cabe a interposição de recurso de apelação para o Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 593, II do CPP.
- (C) cabe a interposição de recurso de apelação para o Tribunal de Justiça com fundamento no art. 82 da Lei n.º 9.099/95.
- (D) cabe a interposição de recurso de apelação para a Câmara Recursal com fundamento no art. 82 da Lei n.º 9.099/95.
- (E) não cabe recurso algum.

### DIREITO CIVIL

41. Analisando-se as características do contrato de comodato, pode-se afirmar a possibilidade de empréstimo de bem fungível nessa modalidade?

- (A) Não, pois é da essência do contrato de comodato a fungibilidade do bem, do contrário será contrato de mútuo.
- (B) Sim, pois não é da natureza do contrato de comodato a infungibilidade do bem móvel, em razão da indicação real que o contrato se perfaz com sua tradição.
- (C) Não, pois o Código Civil determina expressamente que o bem seja infungível, por ser impossível converter a infungibilidade em fungibilidade.
- (D) Não, pois não é da natureza do comodato a infungibilidade do bem, por não haver bens móveis infungíveis.
- (E) Sim, pois as partes podem convencionar a infungibilidade de um bem naturalmente fungível.

42. Considerando o direito à intimidade, é possível admitir que

- (A) não encontra amparo jurídico no direito positivo.
- (B) a vida interior de uma pessoa não pode ser licitamente exposta ao público.
- (C) sem a autorização de seu titular, não pode haver exposição pública.
- (D) o direito à intimidade não é absoluto e total.
- (E) não é oponível *erga omnes*.

43. José, empregado de uma empresa transportadora de passageiros, conduzindo o ônibus dessa empresa durante um temporal, avançou sobre via já inundada. O ônibus foi arrastado pela força das águas pluviais até ficar submerso, o que causou a morte de alguns passageiros. Diante desse fato,

- (A) a empresa de ônibus não é responsável, em razão de exclusão convencional de responsabilidade, em face de eventos decorrentes de força maior e caso fortuito.
- (B) não há responsáveis civis, em razão de excludente de força maior, por ser o temporal decorrente da própria natureza.
- (C) José é responsável civilmente pelo ocorrido, por ter sido imprudente na condução do veículo, sem poder invocar qualquer excludente.
- (D) a empresa de ônibus é responsável, uma vez que a responsabilidade do transportador é subjetiva e houve uma conduta culposa.
- (E) José, como preposto da empresa, é responsável objetivamente pela atividade que desenvolve.

44. Em relação ao contrato de compra e venda, é correta a declaração de que há transferência de propriedade da coisa vendida

- (A) com a simples tradição, quando se tratar de bem móvel, por ser um contrato de natureza real.
- (B) com a simples tradição, quando se tratar de bem móvel, por ser o contrato de natureza obrigacional.
- (C) com a estipulação das condições do pagamento do preço e da entrega do objeto no contrato de compra e venda.
- (D) com a realização de escritura pública em se tratando de bem imóvel.
- (E) com a estipulação do objeto e do pagamento do preço no caso de compra e venda pura.

45. Em matéria de evicção, não é possível demandar se o adquirente foi privado da coisa por furto. Este posicionamento está

- (A) correto, porque não há como responder por fato que é alheio ao alienante.
- (B) correto, já que é entendimento majoritário da doutrina tratar-se de força maior.
- (C) incorreto, já que o Código Civil em vigor não fez essa restrição contida no Código revogado.
- (D) incorreto, pois haveria um enriquecimento sem causa do evicto.
- (E) incorreto, não há como se invocar qualquer excludente.

46. Diante do princípio anteriormente vigente da imutabilidade absoluta do regime matrimonial de bens, em face de um casamento contraído após a vigência do Código Civil de 2002, porém, cujo processo de habilitação transcorreu sob a égide do Código Civil de 1916, pode-se afirmar que seria possível a mudança de regime do casamento durante sua constância
- (A) em razão de que o princípio da imutabilidade absoluta do regime matrimonial já se encontrava parcialmente superado pela jurisprudência.
  - (B) uma vez que a habilitação para o casamento não implica escolha do regime de bens.
  - (C) uma vez que a lei tem efeito imediato, não podendo retroagir para atingir um ato jurídico perfeito.
  - (D) uma vez que o regime de bens escolhido durante a habilitação para o casamento será atingido pela retroatividade da lei.
  - (E) uma vez que é legalmente permitida e atinge os casamentos assim celebrados.
47. João faleceu em 5 de agosto de 1985 e deixou três filhos: Antônio, então com 18 anos; José, com 15 anos e Maria, com 3 anos. Como bem passível de herança, deixou um imóvel residencial, localizado em zona urbana, com área superior a 250 m<sup>2</sup>. Não houve abertura de inventário. Desde o falecimento de João, seu filho Antônio permaneceu na posse do imóvel, utilizando-o nos finais de semana e dias de veraneio, arcando com todas as despesas de conservação, além de pagamento de tributos que recaíam sobre essa propriedade, ou seja, exerceu posse como se dono fosse. José e Maria, desde o falecimento do pai, foram residir em outro local. Somente em janeiro de 2005 José e Maria tentaram reaver sua posse sobre o imóvel. Diante desses fatos, é correto dizer que
- (A) Antônio adquiriu o quinhão de José por usucapião, mas não o de Maria, uma vez que não houve causa eficiente em relação a esta.
  - (B) Antônio somente poderia adquirir por usucapião a propriedade do imóvel, em relação a Maria, quando esta completasse 31 anos de idade.
  - (C) Antônio adquiriu o quinhão de José e Maria por usucapião, tendo ocorrido a causa eficiente e o fato operante sem qualquer oposição.
  - (D) não é possível Antônio adquirir por usucapião a parte relativa aos irmãos, haja vista que não ocorre usucapião entre herdeiros.
  - (E) por se tratar de posse velha, não pode ser admitida a reintegração de posse do imóvel em questão.
48. Considere as assertivas a seguir:
- I. uma servidão de luz pode ser adquirida por usucapião;
  - II. a servidão não se presume;
  - III. a servidão pode ser constituída por ato *inter vivos* ou *causa mortis*;
  - IV. é possível constituir-se servidão de não construir além de certa altura;
  - V. as servidões não-aparentes não gravam o prédio serviente.
- Está correto o que se afirma apenas em
- (A) I e II.
  - (B) I e V.
  - (C) II e III.
  - (D) II, III e IV.
  - (E) II, IV e V.
49. É incorreto afirmar que
- (A) a reparação por danos materiais poderá não ser equivalente ao prejuízo efetivamente sofrido.
  - (B) para o instituto da responsabilidade civil, incide a avaliação de grau de culpa do agente.
  - (C) a responsabilidade objetiva é somente aquela decorrente de risco.
  - (D) a responsabilidade dos pais pelos atos praticados pelos filhos menores é objetiva.
  - (E) havendo vários autores do ato ilícito, todos responderão solidariamente.
50. João, pai de dois filhos e casado pelo regime de separação de bens, faz com um de seus filhos um negócio jurídico em que entrega uma casa a este no valor de R\$ 100.000,00 e recebe em troca um carro no valor de R\$ 50.000,00 e R\$ 10.000,00 em dinheiro. Esse negócio é
- (A) anulável, por não ter havido consentimento do outro filho não beneficiado.
  - (B) válido, por ser um contrato de permuta, sem necessidade de qualquer consentimento.
  - (C) válido, por ser uma compra e venda, sem necessidade de qualquer consentimento do cônjuge de João.
  - (D) nulo, por ser uma compra e venda e não ter havido consentimento do outro filho não beneficiado.
  - (E) nulo, por ser uma permuta em valores desproporcionais, o que não é possível entre ascendentes e descendentes.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 51.** Assinale a alternativa incorreta.
- (A) A regra de independência dos litisconsortes, prevista no art. 48 do CPC, não se aplica ao litisconsórcio unitário.
  - (B) A legitimação *ad causam* conferida pela Lei de Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347/85) é concorrente e disjuntiva.
  - (C) Às nulidades, ainda que absolutas, é possível a aplicação do princípio da finalidade, consubstanciado no art. 244 do CPC.
  - (D) A Lei de Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347/85) e a Lei de Ação Popular (Lei n.º 4.717/65) consagram a fórmula da coisa julgada *secundum eventum litis*.
  - (E) As pessoas jurídicas de direito público podem intervir, na qualidade de terceiros, no processo que lhes traga reflexos de natureza econômica, desde que evidenciado o interesse jurídico.
- 52.** Em tema de pressupostos processuais de existência e validade do processo, é correto afirmar que
- (A) a convenção de arbitragem e a litispendência constituem pressupostos processuais negativos, impeditivos do regular exercício da ação.
  - (B) se configura a litispendência entre a ação anulatória de débito fiscal e a execução fiscal, em razão da identidade jurídica.
  - (C) a alegação de incompetência, de qualquer natureza, tem caráter peremptório.
  - (D) a estabilização da demanda é efeito substancial da litispendência entre as partes.
  - (E) não se caracteriza a coisa julgada em face de duas ações idênticas, se uma tiver sido proposta contra a pessoa jurídica de direito público e a outra contra o agente público, por falta de identidade entre as partes.
- 53.** Quanto à ação monitória, é correto afirmar que
- (A) são cabíveis os embargos à execução forçada, sendo lícito ao embargante deduzir as matérias do art. 745 do CPC, mesmo após opostos embargos ao mandado monitório.
  - (B) comporta reconvenção e intervenção de terceiros.
  - (C) tem utilização facultativa, ainda que preenchidos os requisitos do art. 1.102a do CPC.
  - (D) não cabe condenação em honorários advocatícios, se ausente a interposição de embargos ao mandado monitório, ainda que cumprido o mandado executivo.
  - (E) é cabível a conversão da ação executiva em ação monitória, mesmo após a penhora.
- 54.** A antecipação de tutela está prevista no art. 273, incisos I e II e §§ 1.º a 7.º do CPC. A esse respeito, assinale a alternativa incorreta.
- (A) O disposto no § 7.º do art. 273 do CPC tem por fundamento o princípio da fungibilidade, sendo aplicável quando presentes os requisitos da ação cautelar.
  - (B) Da irreversibilidade jurídica, e não fática, trata o § 2.º do art. 273 do CPC.
  - (C) A regra do § 6.º do art. 273 do CPC tem aplicabilidade independentemente dos requisitos dos incisos I e II do mesmo dispositivo legal.
  - (D) A necessidade de caução a que se refere o art. 273, § 3.º do CPC encontra limitação no § 2.º do art. 588.
  - (E) Verificados os pressupostos legais, deverá ser concedida a antecipação de tutela, não se tratando de ato discricionário do juiz.
- 55.** Em tema de execução, é incorreto afirmar que
- (A) a Lei n.º 8.078/90 contempla hipóteses de legitimidade extraordinária executiva, vedada, todavia, ao legitimado, a disponibilidade do objeto do processo.
  - (B) a exigência de caução prevista no inciso II do art. 588 do CPC constitui exceção em sentido estrito, dependente, portanto, de provocação do interessado.
  - (C) o art. 567, II do CPC consagra hipótese de legitimidade superveniente.
  - (D) a manifestação do executado, por meio de objeção de pré-executividade, suspende o processo executivo.
  - (E) em execução contra a sociedade, citado o sócio cujos bens venham a sofrer constrição judicial, tem este legitimidade para opor embargos à execução.
- 56.** Assinale a alternativa correta.
- (A) Não cabe a apresentação de embargos infringentes contra acórdão proferido em recurso de agravo, ainda que versando sobre matéria de mérito.
  - (B) O reexame necessário é condição de eficácia da sentença, com natureza recursal.
  - (C) O princípio da singularidade dos recursos tem por fundamento a preclusão consumativa.
  - (D) Cabível a reclamação contra decisão transitada em julgado, conforme reiterado entendimento do Supremo Tribunal Federal.
  - (E) O art. 523, § 2.º do CPC trata de hipótese de prazo impróprio.



57. Assinale a alternativa incorreta.
- (A) O Estado tem foro privilegiado, podendo também ter foro privativo.
  - (B) Inexiste preclusão para as partes, ainda que a matéria relativa às nulidades processuais absolutas seja decidida, por interlocutória, no processo.
  - (C) Em sede de jurisdição voluntária, não se forma a coisa julgada material.
  - (D) A prescrição pode ser alegada a qualquer tempo, inclusive em sede de embargos infringentes.
  - (E) O ente público despersonalizado tem legitimidade para propor ação civil pública ambiental.

58. A propósito da cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública por meio de execução fiscal, é incorreto afirmar que

- (A) o prazo para oposição de embargos de terceiro na execução fiscal é do art. 1.048 do CPC.
- (B) a competência na ação de execução fiscal rege-se subsidiariamente pelo CPC (art. 578) e comporta modificações e prorrogação.
- (C) as Fundações Públicas estão legitimadas à cobrança de seus créditos através da execução fiscal regida pela Lei n.º 6.830/80.
- (D) é possível a remição na execução fiscal, sendo exercitável mesmo após a arrematação e a adjudicação, mas antes de assinado o respectivo auto.
- (E) a medida cautelar fiscal, requerida pela Fazenda Pública em procedimento preparatório, tem eficácia subordinada à propositura da execução judicial da dívida ativa no prazo de 30 dias, contados na forma da lei.

59. A respeito do pedido, é correto afirmar que

- (A) a multa cominatória somente será fixada a pedido do autor, não podendo ser concedida *ex officio*.
- (B) o disposto no art. 287 do CPC aplica-se às obrigações fungíveis e infungíveis.
- (C) o disposto no art. 286 do CPC aplica-se ao processo monitorio, permitindo a formulação de pedido genérico, nas hipóteses dos incisos I a III do dispositivo.
- (D) o pedido condicional, que tem eficácia subordinada a fatos pretéritos ou futuros, encontra fundamento no art. 286, incisos I e II do CPC.
- (E) o CPC não admite o pedido com cúmulo eventual.

60. Em tema de controle de constitucionalidade, é incorreto afirmar que

- (A) a declaração de inconstitucionalidade de lei, em regra, tem eficácia retroativa, produzindo efeitos *ex tunc*.
- (B) o co-legitimado pode intervir no processo de controle abstrato de constitucionalidade, para assistir o proponente.
- (C) é admitida a intervenção de terceiro no processo de controle abstrato de constitucionalidade, na condição de *amicus curiae*.
- (D) a decisão que declara a inconstitucionalidade de lei pode ser objeto de embargos de declaração e ação rescisória.
- (E) ocorre o controle difuso quando a parte alega como fundamento da ação ou defesa a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo *incidenter tantum*.

## DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

61. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Reserva de contingência é dotação global especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica que está contida no orçamento anual. Esses recursos poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais.
- (B) A estrutura orçamentária está disposta numa hierarquia de procedimentos, sendo o plano plurianual o primeiro procedimento formal a ser elaborado, seguido das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.
- (C) O princípio da universalidade determina a previsão de inclusão de todas as receitas e despesas, não comportando exceções, a não ser as chamadas receitas de compensação, referidas no art. 3.º, parágrafo único, da Lei n.º 4.320/64.
- (D) O princípio da unidade orçamentária consiste em reunir num único documento todas as receitas e todas as despesas do Estado, de forma a demonstrar existência de equilíbrio, *superávit* ou *déficit*.
- (E) As diretrizes orçamentárias servem de orientação para a elaboração da lei orçamentária anual, que necessariamente disporá sobre alterações na legislação tributária e a política de aplicação das agências financeiras de fomento.

62. Dentre as finalidades do orçamento no setor público, exce-tua-se:

- (A) prever o balanço do exercício.
- (B) estabelecer limites para a receita e a despesa do exercício seguinte.
- (C) instrumentalizar financeiramente o planejamento.
- (D) vedar a possibilidade de controle político sobre os Executivos, em respeito ao princípio da separação de poderes.
- (E) expressar o programa de operações do governo e os meios necessários à sua implementação.



63. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), não é correto afirmar:

- (A) O art. 14 da LRF disciplina a renúncia de receita, procedimento que pode ensejar a chamada “guerra fiscal”, pela concessão desenfreada de isenções e benefícios fiscais pelos Estados para incentivar a instalação de indústrias em seus territórios.
- (B) As normas constitucionais que versam sobre repartição das receitas tributárias dizem respeito ao Direito Financeiro e podem ser objeto das previsões contidas na LRF.
- (C) Em caso de calamidade pública, estado de defesa ou de sítio regularmente reconhecidos, fica suspensa a eficácia dos dispositivos constantes da LRF, e os prazos referidos em seu art. 65 começam a correr somente após a superação desses fatores excepcionais, desprezando-se o período anterior.
- (D) A compensação e a limitação de empenho são os dois mecanismos básicos estabelecidos na LRF, e as medidas para implantação da compensação são semelhantes às previstas para renúncia de receitas.
- (E) Gastos tributários ou renúncias de receitas, dos quais são exemplos isenção, redução da base de cálculo ou de alíquotas, são equiparáveis a despesas públicas para os fins da LRF, demandando a utilização do mecanismo de compensação para sua efetivação.

64. O art. 42 da LRF determina que é vedado ao titular do Poder ou órgão, nos últimos 8 meses do mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente no próprio exercício ou parcialmente no exercício seguinte, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa, considerando-se os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício, nos termos do parágrafo único. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O dispositivo se harmoniza com o art. 167, II da CF/88, que estabelece distinção entre realização de despesa e assunção de obrigação.
- (B) A obrigação de pagamento surge apenas após a liquidação da despesa, pois só então a Administração reconhece a dívida como líquida e certa, desde que as cláusulas contratadas tenham sido cumpridas.
- (C) Contrato firmado no último mês de gestão pode vigorar no exercício seguinte, havendo disponibilidade de caixa, pois a expressão “obrigação de despesa” não se confunde com “obrigação de pagamento”.
- (D) Os restos a pagar, advindos de exercícios anteriores, enquadram-se no conceito de despesas compromissadas, referidas no parágrafo único.
- (E) As despesas compromissadas a pagar, previstas no parágrafo único, são aquelas já empenhadas e liquidadas.

65. Assinale a alternativa falsa.

- (A) A imunidade recíproca do art. 150, VI, “a”, da CF/88, é decorrência do princípio da isonomia dos entes constitucionais, sustentado pela estrutura federativa do Estado e pela autonomia dos Municípios.
- (B) A imunidade tributária é aplicável apenas a impostos porque estes são concebidos para atendimento de despesas gerais do Estado, ao passo que os demais tributos pressupõem prestações diretas, imediatas e pessoais.
- (C) O art. 184, § 5.º da CF/88, que dispõe sobre isenção de tributo relativo a operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária, veicula típica hipótese de imunidade tributária.
- (D) A imunidade prevista no art. 150, VI, “d”, da CF/88, é objetiva, pouco importando as qualificações da entidade que opera com tais bens.
- (E) Somente as pessoas políticas detentoras de competência tributária podem conceder ou revogar isenções.

66. Sobre o lançamento, pode-se afirmar que

- (A) a dispensa de créditos, ou de suas garantias e privilégios, referida no art. 141 do CTN, é relacionada apenas àqueles formalizados por lançamento de ofício, em obediência ao princípio da indisponibilidade do interesse público.
- (B) a competência para alterar o ato administrativo de lançamento, conforme estipulada no art. 149 do CTN, implica não só a possibilidade de sua modificação como de sua anulação.
- (C) o lançamento regularmente constituído desfruta das prerrogativas de presunção de legitimidade, exigibilidade, imperatividade e executoriedade.
- (D) liminar concedida em mandado de segurança impetrado contra ato jurídico administrativo de lançamento tributário impede o prosseguimento da execução fiscal, mas não o seu ajuizamento.
- (E) como decorrência do princípio da inafastabilidade do controle judicial, decisões finais proferidas por órgãos administrativos, contrárias à Fazenda Pública, são passíveis de revisão pelo Judiciário, excetuando-se a hipótese em que se discutiu a constitucionalidade da lei na qual se fundamentou o lançamento.

**67.** O STF determinou que a representação por crime de sonegação fiscal será encaminhada ao Ministério Público apenas após a constituição definitiva do crédito. Tal determinação

- (A) enseja o imediato cancelamento dos valores devidos a título de impostos e multas, cobrados em autos de infração objeto de questionamento na instância administrativa.
- (B) afronta a independência do MP, a quem compete formular a denúncia, independentemente do recebimento de representação.
- (C) define como momento da constituição definitiva do crédito o recebimento, pelo contribuinte, da notificação para apresentação de impugnação ou defesa administrativa.
- (D) define como momento da constituição definitiva do crédito a decisão final proferida pelo tribunal administrativo competente.
- (E) enseja o imediato cancelamento dos valores devidos apenas a título de multas, cobrados em autos de infração objeto de questionamento na instância administrativa.

**68.** Em relação às ações judiciais tendo por objeto discussão de matéria tributária, não é possível afirmar que

- (A) o ajuizamento de ação anulatória pode ensejar reconhecimento de litispendência com a ação de embargos do devedor porque, em ambos os casos, o autor pretende a desconstituição do título executivo por vício.
- (B) além da liminar concedida em mandado de segurança, a liminar de antecipação de tutela e a liminar concedida em ação cautelar consistem causas suspensivas da exigibilidade do tributo.
- (C) a medida cautelar fiscal é procedimento de caráter incidental ou preparatório à execução fiscal e pode ser intentada apenas pela Fazenda Pública.
- (D) a propositura de mandado de segurança, ação de repetição de indébito ou ação anulatória acarreta renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso eventualmente interposto.
- (E) o mandado de segurança repressivo está para a ação declaratória de inexistência da relação jurídico-tributária, assim como o mandado de segurança preventivo está para a ação anulatória do débito.

Nas questões de números **69** e **70**, são apresentadas quatro afirmações que podem ser corretas ou incorretas. Assinale a alternativa escolhida, utilizando a seguinte chave:

São corretas:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) IV, apenas.

**69.** São admitidas como corretas as seguintes afirmações:

- I. Compensação é forma de extinção do crédito tributário, sendo vedada mediante o aproveitamento do tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
- II. Anistia corresponde ao perdão da falta cometida pelo infrator de deveres tributários ou da penalidade a ele imposta por ter infringido mandamento legal.
- III. O princípio da anualidade não mais existe no direito positivo brasileiro, de tal sorte que uma lei que institua ou majore tributo pode ser aplicada no ano seguinte, a despeito de não haver específica autorização orçamentária, bastando que atenda ao princípio da anterioridade.
- IV. O princípio da territorialidade determina que a lei tributária ensejará os efeitos jurídicos próprios nos limites geográficos da pessoa política que a editou.

**70.** Relativamente ao ITCMD, no Estado de São Paulo,

- I. nos casos de renúncia em favor de outro herdeiro ou do cônjuge viúvo, configuram-se duas hipóteses de incidência do imposto: a primeira na aceitação da herança e a segunda na doação.
- II. os rendimentos de aplicação financeira obtidos após o falecimento do autor da herança não se submetem à incidência do imposto.
- III. a base de cálculo é o valor do quinhão hereditário, apurado ao final do processo de inventário ou arrolamento.
- IV. são isentas as doações de bens imóveis para o Poder Público.

### DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

**71.** Analise as seguintes assertivas:

- I. Compete privativamente à União legislar sobre direito ambiental.
- II. A proteção ao meio ambiente é comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- III. Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre responsabilidade por dano ambiental.
- IV. Legislar sobre proteção da fauna é privativo da União.
- V. Os Municípios têm a atribuição de exercer o poder de polícia administrativo no combate à poluição.

Considerando as assertivas, é correto dizer que

- (A) são corretas as assertivas II e III e incorretas as assertivas I, IV e V.
- (B) são corretas as assertivas I, II e III e incorretas as assertivas IV e V.
- (C) são corretas as assertivas I e V e incorretas as assertivas II, III e IV.
- (D) são corretas as assertivas II, III e V e incorretas as assertivas I e IV.
- (E) é correta a assertiva III e incorretas as assertivas I, II, IV e V.

72. Não são consideradas Unidades de Conservação

- (A) as Estações Ecológicas.
- (B) as Áreas de Preservação Permanente – APPs.
- (C) os Parques Nacionais.
- (D) as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.
- (E) as Reservas Extrativistas.

73. Empresa privada deseja instalar usina termelétrica no município de Campinas, Estado de São Paulo. Tal licenciamento deve ser efetuado por meio da apresentação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental, tendo em vista o que estabelece o art. 225, IV da Constituição Federal. Nos termos da legislação que organiza o Sistema Nacional de Proteção Ambiental, deve ser considerado como critério básico para definir em qual das unidades da federação (União, Estado ou Município) tal licenciamento ambiental deve ocorrer:

- (A) a extensão do dano ambiental que será ocasionado.
- (B) o local do empreendimento.
- (C) o tipo de empreendimento.
- (D) o fato de o empreendimento acarretar impacto ambiental significativo.
- (E) a competência para legislar sobre o tema.

74. Com base no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

- (A) vício diz respeito à inadequação dos serviços, e defeito diz respeito à inadequação dos produtos.
- (B) os conceitos de vício e defeito são sinônimos, ambos acarretando a responsabilidade objetiva do fornecedor.
- (C) vício diz respeito à inadequação dos serviços e produtos para os fins a que se destinam.
- (D) defeito diz respeito à insegurança dos produtos e serviços, respondendo o fabricante, o produtor, o construtor e o importador por responsabilidade subjetiva.
- (E) prescreve em 90 dias a pretensão à reparação pelos danos causados por fato de produto durável, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

75. Considerando que a entrada em vigor do novo Código Civil é posterior à promulgação do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

- (A) o novo Código Civil revogou o Código de Defesa do Consumidor no que diz respeito à responsabilidade civil.
- (B) não existe qualquer relação entre esses dois diplomas legais, uma vez que o Código Civil regula as relações cíveis e o Código de Defesa do Consumidor regula as relações de consumo.
- (C) as novas regras do Código Civil revogam a aplicação de todas as regras em contrário do Código do Consumidor.
- (D) as novas regras do Código Civil passam a reger as relações de consumo, devendo o Código de Defesa do Consumidor ser aplicado complementarmente e subsidiariamente.
- (E) as novas regras do Código Civil se aplicam às relações de consumo, desde que seja para ampliar a proteção do consumidor.

76. Nas ações judiciais com base nos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor, é incorreto afirmar que

- (A) os Procons têm legitimidade para propor Ação Coletiva, mesmo não tendo personalidade jurídica própria.
- (B) é vedada a denúncia da lide.
- (C) a inversão do ônus da prova poderá ocorrer, a critério do juiz, quando o consumidor for vulnerável.
- (D) os requisitos para a tutela antecipada são a relevância do fundamento da demanda e o justificado receio de ineficácia do provimento final.
- (E) nas ações para a defesa de interesses individuais homogêneos, em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica.

77. Analise as seguintes assertivas:

- I. é vedado qualquer trabalho a menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz;
- II. em matéria de proteção à criança e ao adolescente, o Ministério Público somente tem legitimidade para ajuizar ação cível fundada em interesses difusos ou coletivos;
- III. as crianças e os adolescentes não podem viajar para fora da comarca onde residem, desacompanhados dos pais ou de responsável;
- IV. é proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável;
- V. nos processos de apuração de ato infracional, a ausência do defensor não acarreta o adiamento de ato processual, devendo o juiz nomear substituto.

É correto dizer que

- (A) são corretas as assertivas I, II e III e incorretas as assertivas IV e V.
- (B) são corretas as assertivas IV e V e incorretas as assertivas I, II e III.
- (C) são corretas as assertivas I e V e incorretas as assertivas II, III e IV.
- (D) são corretas as assertivas III e IV e incorretas as assertivas I, II e V.
- (E) é correta a assertiva V e incorretas as assertivas I, II, III e IV.

78. O jovem A. L. P., 17 anos, foi surpreendido quando conduzia motocicleta. Após devidamente processada a representação oferecida pelo Ministério Público, o MM. Juiz decidiu pela aplicação de medida socioeducativa, consistente em prestar serviços à comunidade. O jovem e seu pai foram cientificados e manifestaram sua vontade de não recorrer. Procurador do Estado, da Procuradoria de Assistência Judiciária, apresentou apelação, tendo em vista que a decisão foi baseada em legislação equivocada. Nesta hipótese, deve o Juiz

- (A) intimar o representante do Ministério Público para que ele se manifeste a respeito de direito indisponível ter sido ferido.
- (B) não receber a apelação, uma vez que ocorreu a renúncia expressa do jovem e a de seu pai de recorrer.
- (C) intimar o representante do adolescente para que o mesmo manifeste seu interesse no processamento da apelação.
- (D) receber a apelação, uma vez que o adolescente, independentemente de sua vontade e da de seu pai, tem direito à defesa técnica no processo.
- (E) receber a apelação, uma vez que deveria ter sido aplicada uma medida específica de proteção, e não uma medida socioeducativa, restando caracterizada nulidade a ser sanada.

79. Nas ações coletivas,

- (A) as liminares contra o Poder Público somente podem ser concedidas pelo Poder Judiciário após a apresentação de justificativa prévia pelo órgão público interessado.
- (B) a participação do Ministério Público será restrita aos casos de interesses difusos lesados.
- (C) todos os legitimados para seu ajuizamento poderão tomar dos interessados o devido compromisso de ajustamento de conduta.
- (D) é necessária a instrução dos autos judiciais com o respectivo inquérito civil sob responsabilidade do Ministério Público.
- (E) a liquidação da sentença proferida na tutela de interesses individuais homogêneos poderá tramitar no foro de domicílio do consumidor lesado.

80. Nas ações coletivas, a sentença fará coisa julgada

- (A) *ultra partes*, tratando-se de interesses de grupo, categoria ou classe, se proposta pelo Ministério Público.
- (B) *erga omnes*, tratando-se de interesses difusos, desde que a ação coletiva tenha sido proposta pelo Ministério Público.
- (C) *ultra partes*, tratando-se de interesses difusos, salvo se a decisão for pela improcedência em razão de insuficiência de provas.
- (D) *erga omnes*, tratando-se de interesses individuais homogêneos, na hipótese da improcedência da ação.
- (E) *erga omnes*, tratando-se de interesses difusos, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de prova.

## DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

81. Para o reconhecimento do direito à equiparação salarial,

- (A) é indispensável a comprovação de que o reclamante e o paradigma exercem a mesma função, ocupando cargos com a mesma denominação e desempenhando as mesmas tarefas com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica.
- (B) o conceito de “mesma localidade” de que trata o art. 461 da CLT deve ser interpretado estritamente, referindo-se ao mesmo município, não se aplicando a municípios distintos, ainda que pertencentes à mesma região metropolitana.
- (C) a prescrição é parcial e só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu a extinção do contrato de trabalho.
- (D) é aplicável o princípio constitucional da isonomia, para fins de equiparação salarial, aos servidores da Administração Pública direta, das autarquias e fundações públicas, contratados sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- (E) é desnecessário que, ao tempo da reclamação, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita.

82. Na ação rescisória trabalhista em que é réu sindicato que promoveu a ação originária, na condição de substituto processual,

- (A) a citação dos substituídos para integrar a lide implica a ilegitimidade de parte do sindicato e sua exclusão do processo.
- (B) é obrigatória, sob pena de nulidade do processo, a citação dos substituídos para integrar a lide, na hipótese de pedido de rescisão de julgado em ação de cumprimento.
- (C) não se admite o litisconsórcio passivo facultativo, cabendo ao sindicato a representação dos interesses individuais da categoria, independentemente de procuração dos substituídos.
- (D) inexistente litisconsórcio passivo necessário, sendo desnecessária a citação dos substituídos.
- (E) o sindicato é parte ilegítima para figurar no pólo passivo da ação, devendo ser decretada a extinção do processo sem julgamento do mérito.

83. Considerando que são estáveis, após 3 anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público (art. 41, da Constituição Federal), indique a alternativa correta.

- (A) Até completar os 3 anos de efetivo exercício, o servidor é considerado em estágio probatório e pode ser exonerado *ad nutum*.
- (B) O direito à estabilidade aplica-se a todos os servidores da Administração direta e indireta, federal, estadual e municipal.
- (C) Não há estabilidade para os servidores regidos pela CLT nas empresas públicas e sociedades de economia mista que exploram atividade econômica.
- (D) Aos ocupantes de cargo público em estágio probatório é assegurado pela Constituição Federal o direito ao aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço.
- (E) O servidor estável só poderá ser dispensado por força de sentença com trânsito em julgado.



- 84.** Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/88, decisão contrária à Fazenda Pública,
- (A) salvo quando a decisão estiver em consonância com a jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho ao qual caberia o julgamento do recurso.
  - (B) salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos e a decisão estiver em consonância com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
  - (C) salvo quando houver recurso voluntário, caso em que a falta da remessa necessária fica suprida, sendo vedada ao juiz a reapreciação da sentença condenatória caso não conheça do recurso voluntário.
  - (D) em qualquer hipótese, independentemente da espécie de procedimento e do valor da causa, devendo ser anulada a sentença que deixou de proceder à remessa do feito ao tribunal competente para o reexame necessário.
  - (E) exceto em ação rescisória e em mandado de segurança, em que não cabe a remessa *ex officio*.
- 85.** Em relação ao direito à estabilidade provisória da gestante, é correto afirmar que
- (A) configura demissão arbitrária ou sem justa causa, ensejando a reintegração ou a indenização correspondente ao período de estabilidade provisória, a dispensa da empregada gestante ao término do prazo do contrato de experiência.
  - (B) a garantia de emprego à gestante obriga a reintegração ao emprego ainda que esta se dê após o período de estabilidade, podendo ser convertida em indenização correspondente aos salários e demais verbas trabalhistas devidas.
  - (C) não há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência, ainda que prorrogada sua vigência por prazo indeterminado.
  - (D) o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.
  - (E) assiste à empregada gestante o direito à estabilidade provisória, se comprovado que a concepção ocorreu no período abrangido pelo aviso-prévio indenizado, em decorrência da projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso-prévio indenizado.
- 86.** Com relação ao depósito recursal, é correto afirmar que
- (A) é ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção, independentemente do valor da condenação.
  - (B) é ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção, até o valor da condenação.
  - (C) garantido o juízo, na fase executória, a exigência de depósito para recorrer de qualquer decisão viola os incisos II e LV do art. 5.º da CF/88, ainda que sobrevenha decisão elevando o valor do débito.
  - (D) havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita às demais, ainda que a empresa que efetuou o depósito pleiteie sua exclusão da lide.
  - (E) não é exigido o depósito para interposição de recurso da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como das autarquias, fundações e empresas públicas e das sociedades de economia mista que exploram atividade econômica.
- 87.** No pertinente à responsabilidade civil e trabalhista da Administração Pública, nos contratos de prestação de serviços, conforme jurisprudência do TST, é correto afirmar que
- (A) o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária da entidade pública tomadora dos serviços em relação àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.
  - (B) a responsabilidade subsidiária da entidade pública tomadora dos serviços por encargos trabalhistas é limitada aos salários não pagos, não abrangendo verbas de natureza indenizatória, de responsabilidade exclusiva do empregador responsável pela dispensa do empregado.
  - (C) o inadimplemento do empregador em relação às obrigações trabalhistas não implica a responsabilidade, solidária ou subsidiária, da Administração Pública tomadora dos serviços por seu pagamento.
  - (D) a Administração Pública tomadora dos serviços responde subsidiariamente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
  - (E) por ser objetiva a responsabilidade da Administração Pública tomadora dos serviços, em relação às obrigações trabalhistas e previdenciárias, deve ser decretada *ex-officio* pelo juiz.



88. No pertinente às horas extras e à compensação de jornada de trabalho, é correto afirmar que

- (A) a compensação de jornada deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- (B) o acordo individual para compensação de horas é válido, independentemente da existência de norma coletiva em sentido contrário.
- (C) o valor das horas extras habitualmente prestadas integra o cálculo dos haveres trabalhistas, ressalvada a hipótese de alteração unilateral do contrato de trabalho, no exercício do *jus variandi* pelo empregador.
- (D) a prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada, hipótese em que, em relação às horas que ultrapassarem a jornada semanal normal, será devido apenas o adicional por trabalho extraordinário.
- (E) o tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno, não é computável na jornada de trabalho.

#### ÉTICA PROFISSIONAL DO ADVOGADO

89. Em processos de competência da Justiça do Trabalho, pode o advogado da empresa ser concomitantemente preposto e procurador da empregadora?

- (A) Não, em razão de vedação contida no Estatuto e Código de Ética da Advocacia, que proíbe a acumulação das funções de advogado e preposto da empregadora ou cliente.
- (B) Sim, pois não há restrição legal quanto à acumulação das duas funções.
- (C) Sim, tendo em vista que o procuratório judicial decorre do exercício legal de atividade essencial à justiça e a função de preposto é uma delegação de poderes para representar a empresa em juízo, conforme previsto na CLT, inexistindo incompatibilidade.
- (D) Não, tendo em vista que o advogado, por força de lei e do Estatuto e Código de Ética, é obrigado a dizer a verdade na contestação, enquanto no depoimento como preposto da empresa pode mentir.
- (E) Não, salvo na representação judicial da Fazenda Pública, em que o procurador detém mandato legal para defender sua constituínte.

90. Indique a alternativa correta.

- (A) As normas de proteção do advogado empregado são aplicáveis ao advogado público contratado da Administração Pública direta, inclusive das autarquias e fundações públicas.
- (B) São isentos de inscrição na OAB, na seção do Estado em que atuam, por estarem submetidos a regime próprio, os integrantes das Procuradorias e Consultorias Jurídicas de órgãos da Administração Pública direta e indireta.
- (C) Os juízes leigos que atuam perante os Juizados Especiais estão impedidos de exercer a advocacia, mesmo em causa própria, em qualquer órgão do Poder Judiciário do mesmo Estado, enquanto no desempenho de suas funções.
- (D) A falta de comunicação do advogado à OAB para o exercício profissional em seção diversa daquela na qual tem inscrição não implica nulidade dos atos praticados, constituindo apenas infração disciplinar, que cabe àquela instituição analisar.
- (E) O dever de sigilo profissional, imposto ao advogado constituído, impede o seu testemunho sobre fato que lhe foi confiado por seu constituínte, mesmo na hipótese de defesa própria do advogado acusado em ação penal da prática de crime.

